

NOTA TÉCNICA Nº 16 - DPGU/SGAI DPGU/GTPID DPGU

Em 31 de outubro de 2024.

Atendimento Educacional Especializado e Direitos Fundamentais: Análise do Caso do Colégio de Aplicação da UFRGS

I. Relatório Processual

A presente análise tem por objeto a Ação Civil Pública nº 5081422-94.2023.4.04.7100, em trâmite na 2ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, ajuizada pela Defensoria Pública da União em face da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A ação originou-se a partir do PAJ nº 2023/026-02733, tendo como pano de fundo caso individual anterior (PAJ nº 2022/026-04523) que evidenciou a ausência de monitores especializados para estudantes com TEA.

A DPU, em julho de 2023, oficiou a UFRGS para levantar informações sobre a situação dos alunos com TEA no Colégio de Aplicação. Em resposta, a universidade informou atender 38 estudantes público-alvo da educação especial, sendo 14 com diagnóstico de TEA concluído e 5 em avaliação diagnóstica. Destes, 3 estudantes necessitam de amplo suporte para permanência na instituição.

O sistema atual de apoio conta apenas com bolsistas universitários: três bolsas de monitoria acadêmica, 15 bolsas PRAE em processo seletivo e três bolsas de extensão, com valor mensal de R\$ 700,00 e sem vínculo empregatício. Esta precariedade resulta em alta rotatividade, prejudicando o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Em sua contestação, a UFRGS alegou impossibilidade jurídica do pedido com fundamento em restrições orçamentárias e na Lei de Responsabilidade Fiscal, além de arguir a necessidade de inclusão da União no polo passivo. O Ministério Público Federal manifestou-se nos autos, tendo seu parecer sido acolhido pelo juízo.

A DPU apresentou réplica refutando a aplicação irrestrita do princípio da reserva do possível em face de direitos fundamentais e concordando com a inclusão da União no feito. O processo encontra-se em fase de instrução e teve audiência de conciliação inicialmente designada para 4 de setembro de 2024. Em redesignação, a nova data prevista para audiência é 5 de novembro de 2024, às 14h30min.

O d. titular do Ofício DRDH/RS convidou a membra do GTPID, ora subscritora, para participação na audiência judicial em comento. A presença já havia sido confirmada para a primeira data agendada, tendo sido renovada a confirmação na nova data.

II. Análise rápida do GTPID sobre o tema

O sistema educacional brasileiro fundamenta-se na premissa da educação inclusiva, estabelecida pela Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). O artigo 58, §1º da LDB determina expressamente a disponibilização de serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades do público-alvo de educação especial, consolidando a base normativa para o suporte educacional adequado.

A Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, fortalece este direito ao estabelecer em seu artigo 3º, parágrafo único, que a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular tem direito a acompanhante especializado quando houver necessidade

comprovada. Esta previsão demonstra o reconhecimento pelo legislador da especificidade do suporte necessário para garantir a efetiva inclusão educacional.

A atuação do profissional de apoio escolar, conforme definido no artigo 3º, XIII do Estatuto da Pessoa com Deficiência, abrange atividades essenciais ao desenvolvimento do estudante, incluindo alimentação, higiene, locomoção e participação em todas as atividades escolares necessárias. Esta amplitude de atribuições evidencia a impossibilidade de sua substituição por vínculos precários.

O artigo 28, inciso XVII, do mesmo Estatuto impõe às instituições de ensino a oferta de profissionais de apoio escolar, caracterizando obrigação institucional inafastável. Esta determinação legal não comporta condicionantes relacionadas a custos ou dificuldades operacionais, pois integra o núcleo essencial do direito à educação inclusiva. A tentativa de substituição de profissionais especializados por bolsistas universitários confronta diretamente a natureza do suporte legalmente previsto.

A Lei 11.788/2008 caracteriza o estágio como ato educativo de preparação profissional, evidenciando sua incompatibilidade com a especialização requerida pela legislação de proteção à pessoa com deficiência. O vínculo precário e temporário dos estagiários compromete a continuidade e qualidade do atendimento educacional especializado.

O dimensionamento adequado do quadro de profissionais especializados deve considerar as necessidades individuais dos estudantes, sendo inadmissível o compartilhamento indiscriminado de acompanhantes que vise primariamente à redução de custos institucionais. A efetividade do suporte educacional não pode ser comprometida por arranjos administrativos que prejudiquem seu objetivo fundamental.

A distinção entre o acompanhante especializado previsto na legislação educacional e outras formas de suporte, como o acompanhamento terapêutico, evidencia a necessidade de profissionais com formação específica e vínculo estável com a instituição de ensino. O suporte educacional previsto na Lei 12.764/2012 e na Lei 13.146/2015 não exclui nem substitui o acompanhamento terapêutico, quando necessário ao desenvolvimento do estudante. O caráter complementar destes diferentes tipos de apoio reforça a impossibilidade de sua substituição por arranjos improvisados.

III. Considerações finais

A efetivação do direito ao acompanhante especializado demanda a estruturação de quadro próprio de profissionais, com formação adequada e vínculo estável. A utilização de bolsistas universitários como substitutos do profissional de apoio escolar viola o sistema normativo de proteção à pessoa com deficiência e compromete a efetividade do direito fundamental à educação inclusiva.

Esse cenário demanda atuação positiva das instituições de ensino, sem transferência de custos às famílias ou imposição de barreiras ao acesso à educação. As normas de proteção à pessoa com deficiência estabelecem um sistema integrado de garantias que deve ser interpretado em favor da máxima efetividade dos direitos fundamentais do estudante com deficiência.

ANEXO I: MARCO NORMATIVO

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

- Art. 58, § 1º - "Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial"

2. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012):

- Art. 3º - "São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:"

- Parágrafo único - "Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado"

3. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015):

- Art. 3º, XIII - Define profissional de apoio escolar como "pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se

fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas" - Art. 28, XVII - Estabelece a "oferta de profissionais de apoio escolar"

4. Decreto 8.368/2014 (mencionado no material, regulamenta a Lei 12.764/2012)

5. Lei do Estágio (Lei 11.788/2008) - Mencionada no contexto da inadequação do uso de estagiários como acompanhantes especializados

6. Nota Técnica nº 24 de 2013 do MEC, que estabelece diretrizes para o serviço do profissional de apoio escolar.

ANEXO II: Compilado sobre o tema, a partir de excertos de Manuais Especializados (novo arquivo);

ANEXO III: Nota Técnica nº 24 de 2013 do MEC, que estabelece diretrizes para o serviço do profissional de apoio escolar (novo arquivo).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Brodsky Rodrigues, Membro do GT**, em 31/10/2024, às 22:03, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Oura, Ponto focal do GT**, em 16/01/2025, às 15:55, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Martins de Godoy, Ponto focal do GT**, em 20/03/2025, às 11:52, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra de Carvalho Pereira Mesquita, Membro do GT**, em 21/03/2025, às 12:26, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Thaíssa Assunção de Faria, Membro do GT**, em 22/03/2025, às 05:34, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Rodrigues Lima, Membro do GT**, em 22/03/2025, às 09:30, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Edilberto Alves da Silva, Ponto focal do GT**, em 26/03/2025, às 21:25, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **7555081** e o código CRC **1BEB523B**.